



Crime, igreja e estado na periferia de Belo Horizonte

Nina Rosas¹

Crime, Church and State on the periphery of Belo Horizonte

Criminalidad, Iglesia y Estado en la periferia de Belo Horizonte

Resenha do livro: Beraldo, Ana. *Negociando a vida e a morte: estado, igreja e crime nas margens urbanas*. Coleção Marginália de Estudos Urbanos. São Carlos, Edufscar, 2022.

Uma guerra entre gangues. Atividades se encerrando mais cedo e tiroteios ao cair do sol, mesmo que sem vítimas. Uma garota é espancada em praça pública; seus pés e mãos são quebrados e seu cabelo, cortado. Carros se aproximam com faróis apagados e luzes internas acessas. Regras do jogo para quem está (ou não) na fila da busca por cocaína. Uma funcionária do apertado e desestruturado Centro de Saúde é agredida. É com o traficante que a agressora retorna para o pedido de desculpas. O prefeito adentra o território e se discute o destino de um grande lote. Um homem saído do crime, mas envolvido em uma relação extraconjugal, é atingido no peito por uma bala e morre dentro do carro. Um jovem trabalhador de uma padaria é assassinado por ter feito uma postagem no Facebook reclamando do conflito na favela. Pessoas especulam que possa haver um grande chefão por trás de todas as ações criminais. Ex-bandidos oram nas igrejas. Aos domingos, o almoço em família a todos reúne. No cursinho, jovens

1 Universidade Federal de Minas Gerais – Belo Horizonte - Brasil – rosasnina@gmail.com – <https://orcid.org/0000-0003-4133-187X>

estudam. Quase nenhum trabalhará na profissão almejada, mesmo após ter se formado. Crianças balançam os braços em salas de aula, trancadas para evitar evasão. Uma menina propõe, na oficina da qual se espera extrair um jornal sobre a comunidade, que se fale *do mínimo que é preciso para viver* naquela escuridão. Mas há uma etnógrafa em campo. Ela pesquisa o Morro e o chama de Luz, porque nele repousam seus olhos de esperança.

Esta resenha trata do livro *Negociando a vida e a morte: estado, igreja e crime nas margens urbanas*, publicado, em novembro de 2022, como parte da Coleção Marginália de Estudos Urbanos, da Edufscar. A obra é de autoria de Ana Beraldo, graduada e mestre em Psicologia pela UFMG, doutora em Sociologia pela UFSCar, e que presenteia o leitor com uma excelente etnografia, adaptação de seu trabalho de tese sobre uma das periferias de Belo Horizonte, na qual a autora tem praticamente uma década de inserção. Seu olhar – sinceramente, muito bem treinado nas ciências sociais, apesar da formação em área correlata – privilegia uma das maiores regiões urbanas do Brasil, mas cujos estudos que dela decorrem são encontrados incomparavelmente em menor quantidade se comparados aos de Rio e São Paulo. O trabalho em questão tem pelo menos três contribuições teóricas fundamentais das quais se falará melhor adiante. Em primeiro lugar, afirma a coexistência de estado, igreja e crime como enquadramentos normativos concomitantes, que se constituem e refluem em uma relação mais ou menos maleável (como de uma “massinha de modelar”, para usar os termos da autora). Em segundo, mas digno de um sublinhado, postula a ideia da respeitabilidade como uma construção mediadora das relações no campo pesquisado. Por fim, e de modo não menos importante, dialoga, apropria-se e se posiciona com base, sobretudo, em Judith Butler, Michael Foucault e Achille Mbembe, traduzindo as teorizações em exemplos claros, atinentes ao contexto escolhido e tendo a coragem de descartar parte das concepções de autores consagrados quando esses não lhe servem bem.

A etnografia de Beraldo é apresentada em duas grandes partes. Logo no primeiro capítulo, ela nos transporta, de forma didática e direta, a um repertório que rapidamente naturalizamos. Não é preciso muitas páginas para nos vermos escrutinando nomes como o Comando Vermelho, o Terceiro Comando Puro, o Primeiro Comando da Capital, os Amigos dos Amigos, as Unidades de Polícia Pacificadora, a *guerra de gangues*. De igual modo, vamos nos familiarizando com recursos teórico-interpretativos da área. Alguns termos caminham na narrativa dali até o final, como “incriminação preventiva”, de Misse; “zona de guerra”, de Leite e Grillo; “ecos de violência”, de Freitas; “regime de campo minado”, de Menezes, evidenciando ora as similaridades, ora as distinções

belo-horizontinas de administração da violência na periferia, sem homogeneizar, no entanto, nem tampouco estereotipar as múltiplas vivências que são possíveis. Embora a construção de um texto de tese, posteriormente adaptado a livro, preserve uma linearidade lógica, Beraldo vai nos enredando de maneira cíclica nos “enquadramentos” que conformam mortes mais ou menos toleráveis e corpos que são ou não passíveis de luto.

Ela interpela nossa hostilidade e/ou sensibilidade quando diz:

As diferenças de vulnerabilidades de vidas têm efeitos nos tipos e intensidades das emoções suscitadas diante de cada morte – quando morre alguém cuja vida é considerada destrutível, as reações podem ser de indiferença ou até mesmo de satisfação, mas quando morre uma vida que “merecia ser vivida”, o horror, a tristeza e a indignação possibilitam o luto e não raramente produzem uma comoção, o que, por sua vez, conta com significativo potencial político (Beraldo, 2022: 49).

No capítulo dois, vê-se que as rivalidades que atravessam gerações e os estopins que podem ocorrer ao menor deslize são regulados e organizados, no cotidiano, pelo estado e pelo crime, em uma negociação situacional e *ad hoc* de equilíbrio de poder, que, não raro, tem a polícia por vezes como a fonte da violência, da truculência e do perigo, e o crime como imprescindível para a produção da ordem e da segurança. Estado – em sua multiplicidade de expressões (escola, CRAS, Centro de Saúde, representantes políticos, polícia) – e crime são retratados como duas instâncias ambivalentes, nenhuma delas gozando de total legitimidade, em disputa uma com a outra, tolerando práticas clandestinas de reforço mútuo e até eventualmente colaborando entre si, mas ambas contribuindo, por fim, para a aferição de sentido, referência, moralidade e promoção de justiça na favela. Tal melindre leva os moradores a uma vigilância constante. Um cálculo diário estratégico se faz necessário, então, para que não se demonstre defender o tráfico nem estar ao lado dos policiais que, por causa dessa relação, raramente são os mediadores preferenciais dos conflitos.

Mas fato é que não estamos diante de uma díade. A estratégia de “fazer-estado na margem” tem outra âncora, qual seja, a da religião, que pode ser um caminho de reescrita da subjetividade e da objetividade das histórias de vida. A autora nota que há empréstimo e até cooptação da legitimidade das igrejas (católicas, mas na maioria evangélicas), que operam como espaços de sociabilidade, estabelecimento de vínculos e de lazer, mas, acima de tudo, como um duplo dispositivo. De um lado, disciplinando corpos, gestos, valores, propósitos e modos de vida de pessoas da periferia, conferindo uma ruptura biográfica (que

pode ser inclusive relativa ao crime, mesmo que incompleta). De outro, atuando como um modo de proteção, segurança e pacificação do território. A governamentalidade das igrejas no Morro da Luz reside, assim, na legitimidade quase irrestrita de que usufruem uma imensa variedade de igrejas e na capacidade normativa da religião que, para Beraldo, pode ser ainda mais profunda do que a dos demais regimes. As igrejas, ao deslocarem os conflitos para o âmbito espiritual, atuam como reformatórios de sujeitos, conferindo-lhes uma blindagem pelo estabelecimento do respeito à sua nova moralidade.

Na segunda parte do livro, três outros capítulos, ainda recheados de achados das incursões em campo, destinam-se à compreensão e interpretação do modo como as noções de certo e de respeito são construídas na favela. Maleabilidade e instabilidade são as palavras-chave para desvendar as negociações cotidianas, situadas, e cujas referências morais se constroem *a posteriori* dos fatos, sendo cotidianamente atualizadas. Apoiada em Rafael Rocha, a autora alarga o conceito de “gramática moral do mundo do crime” para apostar em uma gramática ampliada, cujo principal significante é a noção plástica de *respeito*. Essa gramática envolve crime, estado e igreja, e é estendida a todas as pessoas do Morro, que acionam o repertório “de forma diferente a cada momento, de acordo com o perfil de cada indivíduo e com o modo com que as pessoas envolvidas lidam com cada ocorrido” (Beraldo, 2022: 143).

No quinto capítulo, Beraldo evidencia sua ruptura com a interpretação de Gabriel Feltran, um dos mais reconhecidos pesquisadores brasileiros sobre os contextos periféricos e que orientou a autora durante o doutorado. Segundo ela, para Feltran, a conexão entre os distintos regimes de normatividade estaria na valorização do consumo, parte da lógica mercantil que a todos entrecruza. Analisando o Morro da Luz, Beraldo aposta que “a legibilidade que modula o enquadramento da realidade é feita, em grande medida, a partir da noção de respeito” (Beraldo, 2022: 192), isto é, o dinheiro não seria o único, nem possivelmente o mais importante, dos mediadores. Na pesquisa que fiz no âmbito da Igreja Universal, conhecida pela evocação do dinheiro como mediador-ritual (Rosas, 2014), também encontrei algo parecido, ao perceber como as fiéis abdicavam de tanto do tempo, que poderia ser orientado para o trabalho remunerado ou para o lazer, a fim de construir a assistência social da igreja. Por parte dos “ajudados”, era requerido uma espécie de “atestado de probidade” *a la* Weber (Weber, 2002), isto é, uma disposição à retidão, demonstrada pelo engajamento e interesse do fiel em permanecer nas atividades religiosas a ele ofertadas (Rosas, 2012). Encontro semelhanças frutíferas entre essa noção de probidade e o respeito tão enfatizado por Beraldo.

No último capítulo, a concepção de enquadramento que configura as normas, extraída de Judith Butler e tão cara à interpretação do livro, é reformulada pela metáfora da “massinha de modelar”, que permite correções às abstrações e limitações da teoria butleriana. Quanto maior a proximidade com os limites dessa “massinha de modelar do enquadramento”, maiores os riscos que uma vida corre de perder o seu *status* de sujeito, revelando que, na verdade, a autora traz, como pano de fundo, o debate sobre as construções de normalidade e humanidade. Nesse sentido, novamente, Beraldo se desvencilha de Feltran quando este postula a noção dos regimes normativos como “roteadores” capazes de balizar a organização e o acesso dos indivíduos a recursos disponibilizadas em redes². Para ela, é preciso outra analogia para que se possa compreender não apenas a coexistência e concorrência estabelecida entre crime, estado e igreja, mas as articulações, construções e modificações de cada um em relação ao outro. Emblemática nessa feita é a descrição da fala de um policial que, frente a um aluno que apresentava mal comportamento na escola, ameaçava-o, dizendo que o delataria ao crime.

Nas últimas páginas do texto, é feita uma nova incursão na literatura para dar conta de, depois de apresentado todo o trabalho de campo, destrinchar, para o leitor, conceitos talvez áridos, como os de poder, disciplina, soberania, biopolítica e necropolítica, com base em Foucault, Butler e Mbembe. É possível chegar ao encerramento da obra vislumbrando, em olhar retrospectivo, algumas repetições. Na verdade, penso não se tratar de demérito do texto. Eu apostaria muito mais em um certo torpor etnográfico, por assim dizer, resultado de um trabalho de campo sério e muito bem escrito, de alguma forma, romanceado, e que conta uma história cuja voz da autora permanece em nossa mente mesmo aos sons de balas perdidas, agressões, preces, músicas, serviços, passos calculados, lamentos, angústias e glórias.

A preocupação de Beraldo em não homogeneizar as periferias brasileiras e, mais especificamente, de retirar da literatura, de forma escrutinada, apenas aquilo que serve como atravessador de contextos sociais diversos, é de grande valor. Talvez ela pudesse se arriscar um pouco mais no encontro de padrões. De todo modo, se está diante de uma excelente referência para pesquisadores de criminalidade, periferias e religião, ou para qualquer estudante em busca de uma tese de doutorado para tomar como referência. Ana Beraldo encara

2 Beraldo também explica a não utilização plena do conceito de *governscapes*, de Finn Stepputat, nome reconhecido na corrente que questiona o estado como único detentor legítimo da força e da violência, apontando que, assim como Feltran, não há naquela chave analítica a ideia de que os regimes normativos se constituem mutuamente na realidade concreta.

a produção estrangeira, soma-se à latino-americana, que lança mão com propriedade, e ajuda a redesenhar os contornos dos esforços nacionais, usando-os como uma “massinha de modelar” ou, nas palavras de um bom religioso, como *vasos nas mãos de habilidoso oleiro*.

Referências

- BERALDO, Ana. *Negociando a vida e a morte: estado, igreja e crime das margens urbanas*. São Carlos, EdUFSCar, 2002.
- ROSAS, Nina. As ações sociais da Igreja Universal: recrutamento e empreendedorismo no A Gente da Comunidade de Belo Horizonte. *Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião*. Campinas, v.14, 2012, pp. 27-51.
- ROSAS, Nina. *As obras sociais da Igreja Universal: uma análise sociológica*. Belo Horizonte, Fino Traço, 2014.
- WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro, LTC, 2002.

Recebido em: 23/11/2022

Aprovado em: 06/02/2023

Como citar esta resenha:

- ROSAS, Nina. Crime, igreja e estado na periferia de Belo Horizonte. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 13, n. 1, jan. - abril. 2023, pp. 329-334.